

7. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN – BAIXA TENSÃO NORMAL $\leq 20,7$ KVA, BTN – BAIXA TENSÃO NORMAL $> 20,7$ KVA; BTE – BAIXA TENSÃO ESPECIAL, MT – MÉDIA TENSÃO E “ILUMINAÇÃO PÚBLICA”:

Submete-se para aprovação do Executivo Municipal as propostas constantes do ponto 3, da informação, que se anexa.

Tem informação circunstanciada da Divisão de Contratação Pública.

Parecer

A competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo. A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão de 22 de dezembro de 2020), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão e objeto de alteração por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de Braga, datada de 06/julho/2021

A chefe da DCP.

Despacho

Remeta-se à reunião do Órgão Executivo, propondo-se que esta aprove as propostas constantes do ponto 3. da presente informação.

O Presidente da Câmara,



Ricardo Rio
21/07/2021

1. Informação

Data

07/07/2021

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
AQ/3/21/DCP	Lote 1 a 4: 3.614.698,21€ Lote 5 e 6: 6.598.637,29 € 10.213.335,50€	24 meses
Objeto	Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA , BTN - Baixa Tensão Normal> 20,7 kVA; BTE - Baixa Tensão Especial, MT – Média Tensão e “Iluminação Pública”	
CPV	71314000 – Serviços de Eletricidade	

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Seg.s	TOTAL
2 127 778,23 €	5 106 667,75 €	2 978 889,52 €	-	10 213 335,50 €

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da escolha do procedimento escolha do procedimento por de Ajuste Direto ao abrigo de Acordo Quadro, nos termos do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 258.º do CCP.

3.3 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47 do CCP;

3.4 Do gestor do contrato (art.º 290º-A) : Eng.ª Mónica Leite

3.5 Da Delegação nos serviços do DF/DCP - Departamento Financeiro / Divisão de Contratação Pública, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais:

3.9.1. A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;

3.9.2. A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.

3.9.3. Notificação da decisão de adjudicação e apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP

3.9.4. Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;

3.6 Do convite e do caderno de encargos, em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP

4. Aquisição de serviços – LOE2021

O artigo 73.º, n.º 1 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro de 2020, não se aplica nos termos da alínea a) do n.º 2 da mesma Lei, uma vez que se trata da celebração de contratos de aquisição de serviços essenciais, previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei nº23/96 de 26 de julho. Para além disso o procedimento de aquisição é realizado ao abrigo de Acordo Quadro celebrado, sendo os preços os estabelecidos no acordo-quadro.

5. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, esta aquisição justifica-se com a necessidade de se dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica ao Concelho Braga, tanto ao nível da iluminação pública como do fornecimento de energia para edifícios e instalações municipais.

6. Cabimento Prévio N.s Seqs: 61347 e 61348

7. Escolha do procedimento (258.º n.º 1)

Da escolha do procedimento nos termos da modalidade de acordo quadro prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP, por de Ajuste Direto ao abrigo de Acordo Quadro CNCM-AQ/35/2020) da Central Nacional de Compras Municipais à qual o Município de Braga aderiu, por deliberação tomada na sua Reunião de 21/10/2019, conforme documento que faz parte integrante do processo, e nos termos do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 258.º do CCP.

8. Fundamentação do Preço Base

Os preços unitários já estão fixados na proposta da entidade selecionada, resultante do Acordo Quadro celebrado.

Mais se informa que foi feita uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º - A para apurar se os preços do Acordo Quadro estariam dentro do valor de mercado atual e verificou-se que face ao orçamento mais baixo apresentado existe uma poupança de cerca de 580.000,00€ se recorrermos ao Acordo Quadro.

9. Adjudicação por lotes

Aquisição de **energia elétrica**, correspondente ao **Lote B, C, D e F** do “Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020)”, com as especificações técnicas previstas no Acordo Quadro, correspondentes aos seguintes lotes do procedimento de Ajuste Direto ao abrigo de AQ:

Lote 1 –Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN \leq 20,7 kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 1 – BTN \leq 20,7 kVA” do Anexo I.

Lote 2 – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN $>$ 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 2 – BTN $>$ 20,7 kVA” do Anexo I.

Lote 3 – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Especial (BTE) **ao abrigo do Lote C do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 3 – BTE” do Anexo I.

Lote 4 – Fornecimento de energia elétrica em regime de Média Tensão (MT) **ao abrigo do Lote B do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 4 – MT” do Anexo I.

Lote 5 – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN \leq 20,7 kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 5 – IP” do Anexo I.

Lote 6 – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN $>$ 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 6 – IP” do Anexo I.

10. Peças do procedimento (40.º/1/c))

- a. Convite (115.º)
- b. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)

11. Encargos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2018. De 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para o ano de 2021, 2022 e 2023, aprovados nas reuniões realizadas dos dias 30 de novembro de 2020 (Órgão Executivo), 22 de Dezembro de 2020 (Órgão Deliberativo) e alteradas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 06 de julho de 2021.

12. Júri do Procedimento

Não Aplicável, pois trata-se de Ajuste Direto com convite a uma única entidade (artigo 67.º, n.º 1).

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

14. Isenção de Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei 98/97, de 26 de agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, os contratos de arrendamento, bem como os de fornecimento de água, gás e eletricidade

ou celebrados com empresas de limpeza, de segurança de instalações e de assistência técnica, estão isentos de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas

15. Anexos:

1. Cabimento N. Seq.: 61347 e 61348
2. Convite
3. Caderno de Encargos
4. Aprovação da Adesão à Central Nacional de Compras Municipais, em RC de 21/10/2019

Assunto: AQ/3/21/DCP: Convite para apresentação de proposta para a aquisição de energia ao abrigo do lote B, C, D e F do “Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), promovido pela Central Nacional de Compras Municipais.

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, convidar V. Exas. a apresentar proposta para a aquisição de **energia elétrica** ao abrigo do **lote B, C, D e F** do “Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020)”, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM, com as especificações explícitas no respetivo Caderno de Encargos.

1. Entidade Adquirente: Câmara Municipal de Braga

Com sede na **Praça do Município, 4700-435 Braga**

Contacto: **Mónica Leite**

Telefone: **253616060**

Fax: **253203151**

E-mail: municepe@cm-braga.pt

2. Objeto do contrato: Aquisição de energia elétrica, correspondente ao Lote B, C, D e F do “Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020)”, com as especificações técnicas previstas no Acordo Quadro, nomeadamente:

- a) **Lote 1** –Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN $\leq 20,7$ kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 1 – BTN $\leq 20,7$ kVA” do Anexo I.

- b) **Lote 2** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN > 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 2 – BTN > 20,7 kVA” do Anexo I.
- c) **Lote 3** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Especial (BTE) **ao abrigo do Lote C do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 3 – BTE” do Anexo I.
- d) **Lote 4** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Média Tensão (MT) **ao abrigo do Lote B do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 4 – MT” do Anexo I.
- e) **Lote 5** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN ≤ 20,7 kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 5 – IP” do Anexo I.
- f) **Lote 6** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN > 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 6 – IP” do Anexo I.

3. A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do DL n.º 197/99, de 08.06, reprimado pela Resolução da Assembleia da República nº86/2011 de 11 de Abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09.

4. O presente convite é efetuado ao abrigo do “Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), nos termos previstos nos artigos 26º n.º 1 alínea e) e 258º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do Caderno de Encargos do referido Acordo Quadro.

5. Acesso às peças do procedimento

- a. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela empresa www.acinGov.com.
- b. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.

6. Documentos que constituem a proposta:

- a. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
- b. Proposta de Preço;
- c. Documento que indique as características dos bens/ serviços propostos, demonstrativas da sua conformidade com as características e especificações técnicas constantes do Acordo Quadro.
- d. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acinGov.com.
- e. O concorrente devesse assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos carregados na Plataforma, mediante assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- f. Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter na Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

- 7. O Preço Base:** resulta do produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 10.123.335,50**, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

8. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em Língua Portuguesa, a qual deverá ser apresentada através de transmissão eletrónica de dados conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 115º do CCP.

9. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentadas até às 18 horas do 5.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.

Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

10. O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

11. A Caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 2% do preço total do contrato que deve ser prestada:

- a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Convite, que dele faz parte integrante;
- b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Convite, que dele faz parte integrante.

Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [*ou declaração de assunção de responsabilidade solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

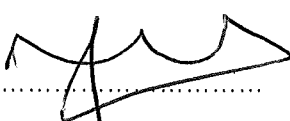
A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

12. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
- b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
- c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
- d) Certificado de **registo criminal**, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções e **da própria pessoa coletiva**, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.
- e) Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente

Braga, 21, 07, 08

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

1. ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação⁽¹⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽²⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽³⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁴⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento

⁽¹⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽²⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽³⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁴⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁵⁾.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

2. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁶⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁷⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁸⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁹⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽¹⁰⁾]

⁽⁶⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁷⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁸⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁰⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

4. ANEXO IV - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer

reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Caderno de Encargos

AQ/3/21/DCP - Ajuste Direto ao abrigo do “Acordo
Quadro para Fornecimento de Energia em Regime de
Mercado Livre em Portugal - AQ/35/2020”

Conteúdo

Cláusula 1ª - Objeto do Procedimento	3
Cláusula 2ª - Elementos do Contrato	3
Cláusula 3ª - Preço	4
Cláusula 4ª - Revisão de preços.....	8
Cláusula 5ª - Faturação e condições de pagamento	9
Cláusula 6ª - Prazo	9
Cláusula 7ª - Especificações técnicas.....	9
Cláusula 8ª - Local de entrega e condições de fornecimento	9
Cláusula 9ª - Obrigações gerais do fornecedor	10
Cláusula 10ª - Interrupção do fornecimento.....	11
Cláusula 11ª - Níveis de serviço e requisitos funcionais mínimos.....	12
Cláusula 12ª - Gestão do contrato.....	12
Cláusula 13ª - Aditamento e redução das Instalações	12
Cláusula 14ª - Responsabilidade do fornecedor.....	13
Cláusula 15ª - Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial.....	13
Cláusula 16ª - Resolução Sancionatória	13
Cláusula 17ª - Resolução do contrato por parte do fornecedor	14
Cláusula 18ª - Cessão e Subcontratação	14
Cláusula 19ª - Sigilo e Confidencialidade.....	14
Cláusula 20ª - Casos de força maior	15
Cláusula 21ª - Comunicações e Notificações.....	16

Cláusula 1ª - Objeto do Procedimento

O presente procedimento tem por objeto a celebração de contrato para fornecimento de **energia elétrica** ao abrigo do **Lote B, C, D e F** do Acordo Quadro para Fornecimento de Energia em Mercado Livre em Portugal (CNCM-AQ/35/2020), doravante “o Acordo Quadro”, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais, nomeadamente:

- a) **Lote 1** –Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN \leq 20,7 kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 1 – BTN \leq 20,7 kVA” do Anexo I.
- b) **Lote 2** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN $>$ 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 2 – BTN $>$ 20,7 kVA” do Anexo I.
- c) **Lote 3** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Especial (BTE) **ao abrigo do Lote C do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 3 – BTE” do Anexo I.
- d) **Lote 4** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Média Tensão (MT) **ao abrigo do Lote B do Acordo-Quadro**. Para abastecimento nos locais identificados na folha “Lote 4 – MT” do Anexo I.
- e) **Lote 5** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN \leq 20,7 kVA), com potência contratada até 20,7 KVA **ao abrigo do Lote D do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 5 – IP” do Anexo I.
- f) **Lote 6** – Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN $>$ 20,7 kVA), com potência superior a 20,7 kVA **ao abrigo do Lote F do Acordo-Quadro**. Para abastecimento da Iluminação Pública nos locais identificados na folha “Lote 6 – IP” do Anexo I.

Cláusula 2ª - Elementos do Contrato

1. O contrato a celebrar é composto pelo seu clausulado, fazendo dele ainda parte integrante os seguintes documentos:
 - a) O Acordo Quadro;
 - b) Os suprimentos dos erros e omissões do presente caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente caderno de encargos;
 - d) O presente Caderno de encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos prestados pelo fornecedor sobre a proposta adjudicada.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art. 99º do Código dos Contratos Públicos ("CCP") e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no art. 101º do CCP.

Cláusula 3ª - Preço

1. Pela aquisição de **energia elétrica**, objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no Acordo Quadro e no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adquirente pagará ao fornecedor **EDP Comercial-Comercialização de Energia, S.A.**, o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor aplicável, nomeadamente:

LOTE B Fornecimento de energia elétrica em regime de Média Tensão (MT)

OPÇÕES	ENERGIA ACTIVA		PREÇO
1	Tarifa de Longas Utilizações	Períodos I, IV	Horas de ponta
			Horas cheias
			Horas de vazio normal
			Horas de super vazio
		Períodos II, III	Horas de ponta
			Horas cheias
			Horas de vazio normal
			Horas de super vazio
2	Tarifa de médias utilizações	Períodos I, IV	Horas de ponta
			Horas cheias
			Horas de vazio normal
			Horas de super vazio
		Períodos II, III	Horas de ponta
			Horas cheias
			Horas de vazio normal
			Horas de super vazio
3	Tarifa de curtas utilizações	Períodos I, IV	Horas de ponta
			Horas cheias
			Horas de vazio normal
			Horas de super vazio

		Períodos II, III	Horas de ponta	0,073960 €/kWh
			Horas cheias	0,071050 €/kWh
			Horas de vazio normal	0,061730 €/kWh
			Horas de super vazio	0,059960 €/kWh

unidade: Euros s/IVA

LOTE C Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Especial (BTE)

OPÇÕES		ENERGIA ACTIVA		PREÇO
1	Tarifa de médias utilizações	Períodos I, IV	Horas de ponta	0,08293 €/kWh
			Horas cheias	0,07774 €/kWh
			Horas de vazio normal	0,06850 €/kWh
			Horas de super vazio	0,06390 €/kWh
		Períodos II, III	Horas de ponta	0,08293 €/kWh
			Horas cheias	0,07774 €/kWh
			Horas de vazio normal	0,06850 €/kWh
			Horas de super vazio	0,06390 €/kWh
2	Tarifa de longas utilizações	Períodos I, IV	Horas de ponta	0,08293 €/kWh
			Horas cheias	0,07774 €/kWh
			Horas de vazio normal	0,06850 €/kWh
			Horas de super vazio	0,06390 €/kWh
		Períodos II, III	Horas de ponta	0,08293 €/kWh
			Horas cheias	0,07774 €/kWh
			Horas de vazio normal	0,06850 €/kWh
			Horas de super vazio	0,06390 €/kWh

unidade: Euros s/IVA

**LOTE D Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN ≤ 20,7 kVA), com
potência contratada até 20,7 kVA, inclusive**

OPÇÕES		ENERGIA ACTIVA		PREÇO			
			PREÇO	Horas de ponta	Horas cheia	Horas de vazio	Horas fora de vazio
1	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 1,15 kVA		0.075420 €/kWh				
2	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 2,3 kVA		0.075420 €/kWh				
3	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 3,45 kVA		0.075420 €/kWh				
4	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 4,6 kVA		0.075420 €/kWh				
5	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 5,75 kVA		0.075420 €/kWh				
6	Tarifa Simples com potência contratada ≤ 6,9 kVA		0.075420 €/kWh				

7	Tarifa Simples com potência contratada $\leq 10,35$ kVA	0.075420 €/kWh				
8	Tarifa Simples com potência contratada $\leq 13,8$ kVA	0.075420 €/kWh				
9	Tarifa Simples com potência contratada $\leq 17,25$ kVA	0.075420 €/kWh				
10	Tarifa Simples com potência contratada $\leq 20,7$ kVA	0.075420 €/kWh				
11	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 1,15$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
12	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 2,3$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
13	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 3,45$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
14	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 4,6$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
15	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 5,75$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
16	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 6,9$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
17	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 10,35$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
18	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 13,8$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
19	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 17,25$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
20	Tarifa bi-horária com potência contratada $\leq 20,7$ kVA				0.068120 €/kWh	0.080430 €/kWh
21	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 1,15$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
22	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 2,3$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
23	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 3,45$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
24	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 4,6$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
25	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 5,75$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
26	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 6,9$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
27	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 10,35$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
28	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 13,8$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
29	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 17,25$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	
30	Tarifa tri-horária com potência contratada $\leq 20,7$ kVA		0.08698 €/kWh	0.07926 €/kWh	0.068190 €/kWh	

unidade: Euros s/IVA

**LOTE F Fornecimento de energia elétrica em regime de Baixa Tensão Normal (BTN > 20,7 kVA), com
potência superior a 20,7 kVA**

OPÇÕES	DESIGNAÇÃO	PREÇO		
		Horas ponta	Horas cheias	Horas de vazio
1	Tarifa de média utilização com potência contratada ≤ 27,6 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh
2	Tarifa de média utilização com potência contratada ≤ 34,5 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh
3	Tarifa de média utilização com potência contratada ≤ 41,4 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh
4	Tarifa de longa utilização com potência contratada ≤ 27,6 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh
5	Tarifa de longa utilização com potência contratada ≤ 34,5 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh
6	Tarifa de longa utilização com potência contratada ≤ 41,4 kVA	0,086980€/kWh	0,079260 €/kWh	0,068190 €/kWh

unidade: Euros s/IVA

2. Estimativa de consumo anual de energia ativa:

- a) **Lote 1:** 2.960.287,0 kWh
- b) **Lote 2:** 2.614.979,0 kWh
- c) **Lote 3:** 2.630.394,0 kWh
- d) **Lote 4:** 2.749.944,0 kWh
- e) **Lote 5:** 20.077.566,0 kWh
- f) **Lote 6:** 1.402.521,0 kWh

3. A Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao Cocontratante, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela ERSE e não sujeitas a concurso, nomeadamente:

- a. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Ponta (se aplicável);
- b. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Cheia (se aplicável);
- c. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Vazio (se aplicável);
- d. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Super Vazio (se aplicável);
- e. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em Horas de Fora do Vazio (se aplicável);
- f. Componente de Rede relativa a Energia Ativa Consumida em tarifa simples (se aplicável);

- g. Componente de Rede relativa a Energia Reativa Fornecida (se aplicável);
 - h. Componente de Rede relativa a Energia Reativa Recebida (se aplicável);
 - i. Componente de Rede relativa a Potência Contratada;
 - j. Componente de Rede relativa a Potência em horas de ponta.
4. A Entidade Adquirente obriga-se a pagar ao fornecedor, o valor relativo a outras parcelas taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, nomeadamente a contribuição audiovisual e o imposto especial sobre o consumo de eletricidade.
5. O preço contratual não incluirá os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 10.123.335,50, no total dos lotes**, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

Cláusula 4ª - Revisão de preços

1. O preço contratual não será revisto durante a vigência do contrato, sendo, no entanto, admissível a revisão das parcelas descritas nos números 3 a 4 da Cláusula anterior, de acordo com as tarifas fixadas pela ERSE e/ou taxas e impostos fixados pelas entidades competentes a vigorar em cada ano civil.
2. As alterações ao preço contratual que resultem da atualização das tarifas das componentes de acesso à rede, estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, são as únicas alterações ao preço permitidas, devendo, no entanto, o fornecedor informar por escrito a Entidade Adjudicante sobre a razão dessas alterações.
3. Não poderá ser cobrada à Entidade Adjudicante qualquer custo pela comunicação das alterações.

Cláusula 5ª - Faturação e condições de pagamento

1. O fornecedor enviará à Entidade Adquirente faturas mensais, as quais devem conter a discriminação da totalidade do fornecimento objeto do contrato, nomeadamente, os consumos efetivamente verificados no mês anterior.
2. A emissão de faturas eletrónicas por parte do fornecedor deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso.
3. Em caso de discordância da Entidade Adquirente relativamente aos elementos e valores constantes das faturas tal facto será comunicado por escrito ao fornecedor, com a respetiva fundamentação, para este, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O pagamento será realizado pela Entidade Adjudicante no prazo de **30 dias** a contar da data de receção das faturas devidamente emitidas por meio de transferência bancária para a conta a indicar pelo fornecedor.

Cláusula 6ª - Prazo

O contrato será celebrado pelo prazo de **24 meses** com início na data da sua assinatura.

Cláusula 7ª - Especificações técnicas

A energia elétrica será fornecida de acordo com os requisitos e especificações técnicas previstas no Acordo Quadro, de acordo com as opções de consumo e tarifas pretendidas.

Cláusula 8ª - Local de entrega e condições de fornecimento

1. A energia elétrica será fornecida nos pontos de entrega constantes do **Anexo I**, conforme as normas vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e em cumprimento dos parâmetros de qualidade definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), aprovado por Regulamento da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e no Regulamento das Relações Comerciais (RRC), e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. Para o fornecimento dos bens objeto do presente Acordo Quadro, o fornecedor deverá estar devidamente reconhecido nos termos do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de Agosto.

3. Todas as despesas e custos com a carga, transporte e descarga de **energia elétrica** até ao local da respetiva entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9ª - Obrigações gerais do fornecedor

1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes do Acordo Quadro, o fornecedor obriga-se a:
- a) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
 - b) Cumprir com os parâmetros de qualidade definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), aprovado por Regulamento da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e no Regulamento das Relações Comerciais (RRC), e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
 - c) Garantir a continuidade do fornecimento durante a vigência do contrato, só podendo o mesmo ser interrompido nas situações previstas na Cláusula 10ª do presente Caderno de Encargos;
 - d) Promover as ações necessárias, junto dos operadores das redes, para disponibilizar à Entidade Adquirente os registos de leitura dos equipamentos de medição;
 - e) Faturar os consumos, de acordo com o escalão de consumo aplicável às instalações da Entidade Adquirente.
 - f) Reportar mensalmente à Entidade Adquirente ou a quem esta expressamente determinar, relatórios referentes aos consumos da instalação, individualmente e agregados, em conformidade com os Regulamentos das Relações Comerciais (RRC) e da Qualidade de Serviço do sector elétrico (RQS);
 - g) Assegurar, de acordo com o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço, uma modalidade de atendimento (presencial, telefónica ou escrita, na qual se inclui o correio eletrónico) que garanta o relacionamento comercial com a Entidade Adquirente, incluindo uma linha de atendimento telefónico permanente e gratuito para a comunicação de leituras e eventuais avarias;
 - h) Cooperar com o operador da rede de transporte e com o operador da rede de distribuição da área geográfica do fornecimento, na medida das respetivas competências, para resposta face a qualquer comunicação de avaria por parte

- da Entidade Adquirente que determine interrupção do fornecimento de **energia elétrica** aos locais de consumo, em cumprimento do estabelecido no Regulamento da Qualidade de Serviço;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições de fornecimento, bem como, a prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários;
 - j) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de **energia elétrica**;
 - k) Caso se verifiquem objeções à transição do serviço objeto do contrato, por motivos não imputáveis à Entidade Adquirente, deverá o fornecedor desencadear, junto do operador da rede de distribuição ou da entidade responsável pela gestão dos processos de mudança de comercializador, os mecanismos necessários à resolução das situações impeditivas que coloquem em causa a contratação do serviço no sentido de assegurar a transição do serviço com a maior celeridade possível e de modo a causar o menor constrangimento para a Entidade Adquirente.
2. Os relatórios com o registo de consumos referidos na alínea f) do número anterior devem ser disponibilizados em suporte informático, mediante o acesso a plataforma eletrónica, possibilitando o acesso, a consulta e análise dos respetivos dados de consumo.
 3. O fornecedor é responsável por qualquer defeito ou discrepância que se verifique no fornecimento de **energia elétrica**.
 4. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento do **energia elétrica**, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 10ª - Interrupção do fornecimento

1. A Entidade Adquirente pode solicitar a interrupção do fornecimento de **energia elétrica** sempre que se verifique uma alteração à natureza do ponto de consumo que justifique uma revisão do fornecimento.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Entidade Adquirente deve comunicar ao fornecedor, através de carta registada com aviso de receção, o motivo da interrupção e o prazo de duração da mesma.
3. Sempre que houver interrupção de fornecimento não programada, o fornecedor emitirá no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma.
4. Em caso de cessação do contrato independentemente do motivo que lhe der origem, o fornecedor obriga-se a prestar à Entidade Adjudicante toda a assistência necessária na transição do fornecimento de **energia elétrica** ou a terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade do fornecimento sem a mínima perturbação e por forma a que transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Cláusula 11ª - Níveis de serviço e requisitos funcionais mínimos

O fornecedor obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no que diz respeito aos seguintes Regulamentos:

- a) Regulamento de Relações Comerciais (RRC),
- b) Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS); e,
- c) Regulamento Tarifário.

Cláusula 12ª - Gestão do contrato

1. O fornecedor nomeará um gestor do contrato que possa ser contactado pela Entidade Adjudicante durante os cinco dias úteis da semana, no período compreendido entre as 8h e as 18h.
2. Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado por parte da entidade adjudicante como gestor do contrato: Eng.ª Mónica Leite

Cláusula 13ª - Aditamento e redução das instalações

1. Se no decorrer da vigência do contrato, vierem a ser criadas instalações, as mesmas deverão integrar o respetivo contrato ao abrigo de todas as condições nele contratualizadas.
2. Não são consideradas alterações das condições do contrato:

- a) A redução do número de pontos de entrega;
- b) A variação do número de luminárias e das suas características técnicas, com eventual aumento ou redução do consumo;
- c) O aumento do consumo, que não carece de aditamento.
- d) A instalação de equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética e consequente redução de consumo, que não carece de aditamento.

Cláusula 14ª - Responsabilidade do fornecedor

O fornecedor é responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhes sejam imputáveis, sejam sofridos pela Entidade Adquirente ou por terceiros em consequência do modo de execução do contrato, da atuação do fornecedor, negligência ou falta de segurança durante os fornecimentos.

Cláusula 15ª - Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 16ª - Resolução Sancionatória

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo fornecedor previstas no Acordo Quadro e no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adquirente poderá resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável ao fornecedor;
 - b) Incumprimento, por parte do fornecedor, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adquirente;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei e nos contratos, desde que a exigência pelo fornecedor das obrigações assumidas pela Entidade Adquirente contrarie o princípio da boa fé;
 - e) Incumprimento pelo fornecedor de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

- f) O fornecedor se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo Tribunal.
2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do fornecedor, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas.

Cláusula 17ª - Resolução do contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela Entidade Adquirente previstas no Acordo Quadro e no presente Caderno de Encargos, independentemente do direito a indemnização, o fornecedor tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adquirente;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adquirente por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Incumprimento pela Entidade Adquirente de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. O direito à resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial, exceto no caso previsto na alínea c) do número anterior, o qual é exercido mediante declaração enviada à Entidade Adquirente, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se, entretanto, a Entidade Adquirente cumprir com as obrigações em atraso.

Cláusula 18ª - Cessão e Subcontratação

A cessão da posição contratual e subcontratação dependem de autorização prévia e por escrito da Entidade Adquirente e nos termos do CCP.

Cláusula 19ª - Sigilo e Confidencialidade

1. As partes no contrato obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos decorrentes do mesmo, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os

seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento.

2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato e todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e ou sejam de conhecimento público.

Cláusula 20ª - Casos de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins, determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem casos de força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados ao fornecedor, às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor e de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

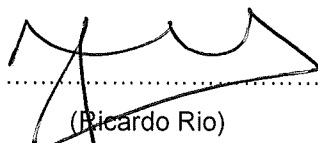
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas durante o período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21ª - Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Adquirente e o fornecedor devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Braga, 21, 07, 07

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)